

ATA 02

Enviado por Visitante em Qui, 28/07/2011 - 15:57

Ata 02/2011 - Aos vinte e três dias de fevereiro de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central de Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, reuniram-se para reunião extraordinária, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que seguem nomeados: Rejane Linck Neumann, RG 102160102-4, CPF 389607020-72, Rua Allan Kardec, 32, Jardim Paraná, Adiles Donadel RG 1189570, CPF 88119513991; Roseli Terezinha Gass RG 304786780, CPF 62753444900; Lucimar Recalcatti Vieira RG 2140346, CPF 49885243968; Ivone Laguna Abreu RG 42782238, CPF 52531902953; Lineu Wutzke, RG 307.165-74, CPF 681.493.799-91, Rua Pinto Bandeira, 921 Jardim Pancera; Marília Borges, RG 40900178-91, CPF 009376850-89, Rua Gustavo Barroso, 1326, Panorama; Maria de Lourdes da Silveira, RG 1.112.380, CPF 553.772.709.91; Rodrigo Daniel Gonçalves Leandro, RG 6.108.214-0, CPF 022.068.009-71; Gisela Ramos RG 447215, CPF 41878728253; Márcia Fath RG 58576417, CPF 03495605959; Tatiane Rauber; Emerson Aparecido Jeronimo; Roseli Fabris Dalla Costa RG 38588133 CPF 62760033953; Suélen Vendrusculo RG 52835550, CPF 41722035072; Simone Beatriz Ferrari; Rosana Aparecida dos Santos RG 5.649.874-5, CPF 955.023.519; Angela Kant Martins RG 5.283.555-0, CPF 417.220.350-72; Lizandra Aparecida Oldoni; Micheli Schneider. Como convidados estiveram presentes: Sandra Muniz, coordenadora do CREAS II; Juliano Varanis, coordenador do CREAS I; Zelimar Soares Bidarra, professora da Unioeste; Sylvania Dalberto Alves e Luzinete Aparecida Oliveira Savaris, representantes do Conselho Tutelar; Denize Debus de Mello; José Carlos Dutra da Silva e Luiz Dirceu Bloot, representantes da entidade APADA; Suzane Fontana, Psicóloga do CREAS II; Rosiany Favareto, Assistente Social das Casas Abrigo; Kátia Kruger e Andréia Cristina Bagatin, representantes do Ministério Público e as acadêmicas do Curso de Serviço Social da Unioeste: Cristiane Sauder, Lucia Silva, Adriana Cichock, Suélen Patricia Monteiro, Sônia Regina Pinheiro Corrêa, Viviane de Freitas, Elaine Pizato, Fábria Aline Scaravonatto, Mariana Wadi Tierling, Carolina Marcon Pontes, Maiara Aline Bageti, Rafaela Couto, Bruna Silveira, Jéssica Renata de Souza, Jéssica Schimidt Dadalt e Janaina Izabel Tolomeotti. Inicialmente o presidente (CMDCA), Lineu Wutzke deu boas vindas a todos, destacou a presença da professora Zelimar e das acadêmicas do Curso de Serviço Social da Unioeste e agradeceu, iniciou os trabalhos com a apresentação da pauta: A) Aprovação da ata 18/2010; B) Informes da Secretaria Executiva (correspondências recebidas e expedidas); C) Relato das Comissões (FIA, Fiscalização e Técnica); D) Pesquisa sobre violência contra crianças e adolescentes – Conselho Tutelar; E) Discussão sobre o 18 de Maio; F) Formação da Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Toledo/PR; G) Assuntos Gerais. Conforme o item A da pauta, referente a aprovação da ata 18/2010 foi aprovada sem observações, o conselheiro Lineu ressaltou que a pauta era extensa, sendo que a manhã seria comprometida com as discussões pertinentes ao tema. Sobre o item B) as correspondências recebidas foram: Ofício 978/2010 que encaminha os resultados da Pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes realizada pela estagiária bolsista Rafaela Melo Damasceno Couto sob a orientação da Professora Dra. Zelimar Soares Bidarra; Ofício circular nº 003/2011 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná que solicita o apoio dos CMDCA's na Campanha Criança e adolescente na escola: essa lição é para todos! Ofício nº 63/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social que convida os conselheiros para o Lançamento do edital para seleção de jovens que integrarão o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça e Ofícios 905/2010, 29/2011, 30/2011, 35/2011, 42/2011, 51/2011 e 98/2011 da Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos que comunica sobre os autos de Providência ou Perda, suspensão ou restabelecimento do Poder Familiar ao CMDCA. As correspondências expedidas foram o Ofício 01/2011 em que o CMDCA solicita a entrega de Relatório referente aos atendimentos do Conselho Tutelar no ano de 2010 e Declaração de que Maria da Conceição de Faria foi conselheira tutelar no período de 2005/2010. No que tange o item C) sobre o relato das comissões, a Comissão do FIA fez uma reunião no dia 04 de fevereiro de 2011 para discutir sobre os critérios de partilha dos recursos provenientes do Imposto de Renda que totalizaram R\$223.000,00 (cento e vinte e três mil reais), momento em que a Secretária Municipal de Assistência Social Ires afirmou sobre a aprovação da lei para o repasse de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Diante disso, a Comissão considerou a necessidade de deixar o valor remanescente no fundo municipal com intuito de garantir ações como o Evento do Dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo que a partir dessa discussão deliberou-se pelo gasto de até R\$10.000,00 (dez mil reais) para a realização do Evento divulgação e produção de materiais de mídia para o Dia 18 de maio e para a Campanha Legal do ano de 2011. Em discussão com a Equipe da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Assistente social Fernanda elaborou a partir dos dados do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente a

proposta de calcular o repasse com base na carga horária de atendimento e nos casos em que a criança frequenta a instituição pelo período maior que 4Hrs, multiplica-se pela quantidade de períodos de 4Hrs. No caso das instituições de educação infantil o número de atendimentos é multiplicado por dois e nos serviços de acolhimento institucional o número de atendidos é multiplicado por cinco. A partir disso, realizou-se o seguinte cálculo: R\$200.000,00 (duzentos mil reais) dividido pelo número de atendidos, o que corresponde ao valor de R\$215,00 (duzentos e quinze reais) per capita. O conselheiro Lineu afirmou que na reunião da Comissão não havia a representação da entidade APADA, e a Secretária de Assistência Social informou que havia pendências desta instituição junto à Gestão da secretaria, portanto a Comissão do FIA deliberou por não destinar recursos neste momento, somente após a regularização da situação. Neste momento da reunião o Presidente da APADA apresentou a nova equipe que compõe a instituição, sendo estes José Carlos, Denise e a Assistente Social Márcia, além de afirmar que a decisão da Comissão do FIA foi encaminhada por e-mail e que surpreendeu-se diante da situação, pois considera que essa decisão prejudicou a imagem da instituição, pois se no passado não havia um trabalho sério, atualmente a equipe está tentando fazer desde o início do ano letivo no dia 01 de fevereiro de 2011 um trabalho diferenciado. Ressaltou que não há nenhuma pendência junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e que gostaria de saber qual é a pendência, além de sugerir que a comissão suspendesse o repasse dos recursos do Imposto de Renda para as demais entidades e que fosse discutida a decisão. A conselheira Lucimar afirmou que o momento de participar era a reunião da Comissão do FIA e considera que os critérios foram estabelecidos em discussão. Assinalou que no mês de janeiro quando foi realizada a assinatura dos convênios a instituição não estava presente e na reunião da Comissão do FIA da mesma forma, considera portanto que a questão se trata da entidade, pois apesar das férias esta deve ser representada. A conselheira Rejane afirmou que a preocupação da Comissão do FIA foi agir de forma transparente, primeiramente porque há recurso no fundo e há a possibilidade de fazer a destinação posterior aos esclarecimentos necessários, além de que a Comissão não poderia estabelecer a destinação dos recursos financeiros sem que houvesse dados referentes às crianças e adolescentes atendidos nos serviços da instituição. O conselheiro Lineu solicitou que o órgão gestor faça este levantamento e deliberou-se para que apresente as informações na reunião do conselho. Conforme solicitado pelo Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de forma verbal, no dia 22 de fevereiro de 2011 foi entregue listagem com dados referentes ao atendimento de 29 (vinte e nove crianças e adolescentes), sendo deliberado pela análise por parte da mesa diretora sobre a listagem encaminhada pela instituição. Neste momento da reunião o conselheiro Rodrigo ressaltou que o foco da discussão é decidir sobre a proposta da Comissão e propôs a aprovação, pois trata-se de trâmites legais e em nenhum momento discutiu-se que não será destinado o recurso para a instituição APADA. O presidente da APADA considerou que este Conselho deve estar aberto às discussões, sendo que não contesta os critérios, mas insiste no posicionamento de que não seja aprovado o repasse. Além disso, solicitou que fosse encaminhado oficialmente as irregularidades para que possam tomar as medidas cabíveis. Diante disso, o conselheiro Lineu esclareceu que a Comissão do FIA solicitou essas informações para o Departamento de Gestão e que aguarda para análise. A Promotora de Justiça Kátia afirmou que a plenária é soberana sobre a decisão da aprovação ou não da proposta da Comissão do FIA, porém considera que não se deve prejudicar o repasse para as demais entidades. A conselheira Simone assinalou que deve-se fazer a reflexão de que o problema da instituição APADA não são as pessoas que trabalham nesta, mas a instituição que não define e caracteriza se presta serviços na área de saúde, de educação ou assistência social, sendo que esse processo se estende há 6 (seis) anos. Diante disso, quando há a discussão sobre essas definições que fica evidente nos processos de renovação de convênios este aspecto vem à tona. Afirmou que neste momento se discute sobre os recursos do FIA, mas no decorrer do ano esta realidade será discutida no Conselho Municipal de Assistência Social. Houve mudanças, há intenção de fortalecer, porém é necessário aproveitar o momento e modernizar a gestão e as ações, pois não podemos prejudicar o atendimento das demais instituições. Ressaltou ao presidente que não se trata de sua pessoa, mas a instituição que deve ter paciência, coragem e controle democrático, sem que se tenha que retornar a discussão sobre este mesmo aspecto. O presidente da APADA Dirceu concordou com as afirmações da conselheira Simone, porém considera que a questão deve ser melhor discutida, sem que sejam prejudicadas as demais instituições. A Secretária de Assistência Social Ires afirmou a insegurança devido a instituição APADA não ter inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social, além de que o número de atendimentos apresenta-se de forma diferenciada no Núcleo Regional de Educação e na Secretaria Municipal de Assistência Social. Além disso, a Secretária Ires questionou a Promotora Kátia sobre o atendimento de crianças e adolescentes de outros municípios, ao que esta esclareceu que somente deve atender quando há convênio firmado entre os municípios. Sobre a diferença nos dados, o presidente Dirceu esclareceu que no Núcleo Regional de Educação se trata de alunos matriculados o que não deve obrigatoriamente ser quantificado nos atendimentos da área de Assistência Social. A Assistente Social

Fernanda assinalou que devem ser definidos aspectos referentes aos atendimentos por eixo de proteção social, sendo básica ou especial. Neste sentido a Secretária Ires complementou que há 8 (oito) meses a equipe da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social se colocou a disposição para dar apoio técnico à instituição, porém não foi realizado contato para tal. A Assistente Social Fernanda assinalou que até o dia 11 de março de 2011 há o prazo para protocolar o Relatório Descritivo do ano de 2010 e Plano de Ação 2011 que apresenta os serviços de forma detalhada e que este norteará a discussão realizada neste Conselho. Diante dessas discussões, o presidente Dirceu retirou a proposta de discutir novamente sobre a destinação dos recursos. O conselheiro Lineu afirmou que se existe a boa vontade da entidade, a nova diretoria com o apoio da secretaria de assistência social irão fortalecer este processo, sendo que a partir disso a proposta de repasse dos recursos da Campanha Legal 2010 foi aprovada com unanimidade. Neste momento a Promotora de Justiça Kátia solicitou que haja a fiscalização deste Conselho sobre a vinculação do Presidente da instituição com o escritório de Contabilidade e/ou os contadores responsáveis, a listagem dos atendimentos e o número de crianças e adolescentes que são do município de Toledo. Sobre o relato da Comissão de Fiscalização, a conselheira Ângela informou que no dia 16 de fevereiro de 2011 realizaram visita institucional na Casa Lar Dorcas, Casa Abrigo para Adolescentes e Casa Abrigo Menino Jesus. A conselheira Lucimar relatou sobre a gravidade evidenciada devido a demora no atendimento no Mini Hospital, pois a equipe tem se empenhado, porém quando há a necessidade deste atendimento o profissional que acompanha a criança espera na fila para o atendimento. Diante disso, a Promotora de Justiça Kátia assinalou que este é um dos aspectos expressos na Ação Civil Pública, e que se não estiver sendo cumprido serão aplicadas as medidas cabíveis. A secretária de Assistência Social Ires propôs que seja oficiada a Secretaria Municipal de Saúde sobre estas dificuldades no atendimento. A Promotora de Justiça Kátia afirmou que recebeu denúncias sobre a falta de frutas durante a semana na Casa Abrigo Menino Jesus e que quando manteve contato telefônico com a Diretora da Proteção Social Especial Marília esta justificou as dificuldades inerentes ao processo licitatório e sobre os aspectos levantados pela Equipe do Controle Interno, Kátia sugeriu que seja feita dispensa de licitação, pois as crianças e adolescentes dos serviços de acolhimento institucional são prioridade absoluta para o Estado e essa realidade é vergonhosa para o município de Toledo, além de que enquanto Promotora de Justiça da Comarca não aceita esse posicionamento por parte da administração pública. A conselheira Lucimar reafirmou sobre a realidade evidenciada, além de assinalar a importância de um repasse fixo de recursos para a manutenção das atividades nas Casas Abrigo com a possibilidade de flexibilizar os gastos. A Secretária de Assistência Social Ires afirmou sobre as solicitações de compra direta realizadas no ano de 2010, ao que a Promotora Kátia relatou que em discussão com o Advogado da Prefeitura Municipal João Poletto já alertou sobre o cumprimento da Ação Civil Pública. A conselheira Lucimar acrescentou sobre a necessidade de realizar gastos com medicamentos no momento em que estes são receitados, sem que se espere o processo do empenho. Outro aspecto citado pela conselheira Ângela, em nome da Comissão, se refere à dificuldade para inserir crianças na Creche Iraci de Souza, próxima à Casa Abrigo Menino Jesus. Diante desta afirmação, a conselheira Lucimar ressaltou que havia 14 (quatorze) crianças na Casa Abrigo Menino Jesus quando a Comissão realizou a visita institucional com apenas uma educadora social, devido a coordenadora ter acompanhado uma criança em consulta médica, sendo humanamente impossível atender as crianças dessa forma. Neste momento a coordenadora da Casa Abrigo Menino Jesus Andréia justificou a sua ausência, além de afirmar que há alguns dias discutiu com a coordenadora do CMEI Iraci de Souza e a partir disso foram inseridas 4 (quatro) crianças, sendo que falta apenas uma vaga. A conselheira Lucimar reforçou que o questionamento não se refere às atividades, mas as condições de trabalho diante do número de crianças. A Secretária de Assistência Social Ires informou que a Diretora da Educação Infantil que informou vagas em CMEIs da cidade, mas que não há estrutura de automóvel e motorista para o deslocamento. Sobre as vagas no CMEI, a coordenadora do CMEI do Jardim Panorama afirmou que no início do ano há dificuldades para garantir as atividades de forma plena e, que diante disso deve-se analisar essa realidade numa perspectiva de totalidade. A coordenadora da Casa Abrigo Menino Jesus Andréia relatou que no período da tarde as crianças vão para escola, o que facilita as atividades do cuidador social. Diante disso, a Comissão propôs a contratação de mais um cuidador social para fortalecer a equipe existente. Sobre a utilização do automóvel a Comissão identificou que não houve problemas. Sobre a Equipe Técnica, a Casa Lar Dorcas informou que há uma Assistente Social e uma psicóloga 20Hrs na instituição e na Casa Abrigo Menino Jesus e Casa Abrigo dos Adolescentes há a equipe, porém não houve o estabelecimento da carga horária para cada casa. Sobre o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) repassado para cada casa, considerou que é um valor mensal baixo e deliberou-se pelo aumento deste. Sobre as atividades da Equipe Técnica, evidenciou-se que estes profissionais acompanham as crianças e adolescentes em consultas médicas, o que prejudica a realização das demais atividades. A conselheira Lucimar questionou sobre o funcionamento noturno das Casas, ao que a coordenadora da Casa Abrigo Menino Jesus, Andréia relatou que há a escala dos cuidadores sociais. A

conselheira Lucimar relatou sobre a necessidade de adequações da estrutura do banheiro, mas que por se tratar da construção ainda são ações possíveis de efetivar. A conselheira Roseli questionou se é possível colocar estagiários para atividades com as crianças, ao que a Promotora de Justiça Kátia informou que não se tem a postura de abertura dos serviços de acolhimento institucional devido a exposição das crianças e adolescentes e importância do sigilo. A conselheira Roseli complementou que deveriam ser realizadas atividades diferenciadas, lúdicas e socioeducativas. Neste sentido, a conselheira Gisela afirmou que os educadores tem a formação necessária para realizar estas atividades e em alguns momentos há dificuldades inerentes ao processo de trabalho. A conselheira Roseli ressaltou que a criança do centro municipal de educação infantil no final do dia volta para a família, mas a criança acolhida não tem família, retorna para a instituição, o que assinala um trabalho diferenciado por parte das educadoras. A coordenadora da Casa Abrigo Menino Jesus Andréia afirmou que realiza o trabalho de fortalecimento dos vínculos, além de repassar sentimento de carinho, amor e afeto para as crianças. Dando continuidade à discussão, a Promotora de Justiça Kátia considerou sobre o transporte das crianças e adolescentes nas atividades realizadas entre as casas abrigo, Ministério Público e Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos sobre a importância de disponibilizar motorista e transporte. A assistente social Rosiany afirmou que o poder público tem que assumir a responsabilidade com as crianças acolhidas, porque a Secretaria Municipal de Assistência Social não tem capacidade para tomar essas providências, tratam-se de políticas complementares. A Secretária de Assistência Social Ires convidou a Promotora de Justiça para visitar a construção com intuito de aditivar a obra se houver necessidade, momento em que confirmou-se que será agendada visita. Diante das discussões sobre os serviços de acolhimento institucional, deliberou-se pela elaboração de ofícios para o Prefeito Municipal para dar ciência sobre o Relatório da Comissão de Fiscalização, para as secretarias municipais de saúde, educação e assistência social, bem como para a Promotoria de Justiça com objetivo de garantir o acompanhamento da situação. Considerando as dificuldades sugeriu-se a elaboração de uma carteira de identificação para as coordenadoras das Casas Abrigo com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços, principalmente os de saúde. A Promotora de Justiça agradeceu a Comissão de Fiscalização pelo trabalho, além de assinalar que avançamos enquanto política de atendimento, mas há questões para serem melhoradas. Além disso, divulgou que no ano de 2009 foram adotadas 51 (cinquenta e uma) crianças e adolescentes e em 2010 foram realizadas 21 (vinte e uma) adoções, ressaltando que há empenho por parte da Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos para o encaminhamento das adoções e há a parceria com a Unioeste através do trabalho do Grupo de Apoio à Adoção de Toledo (GAAT). O conselheiro Rodrigo questionou sobre dados de retorno das crianças e adolescentes para a família de origem ou extensa, ao que a Promotora de Justiça Kátia informou que a destituição tem-se materializado como última alternativa e que tem-se conseguido bons resultados a partir das ações das equipes. O conselheiro Lineu questionou se há trabalho anterior ao acolhimento, ao que Kátia informou que quando se trata de situação de risco urgente faz-se o acolhimento, e quando evidencia-se a situação de risco em que há a possibilidade de intervenção há a mobilização da rede de atendimento. Dando continuidade ao item C da pauta, a conselheira Rejane da Comissão Técnica informou que houve o encaminhamento por e-mail da proposta de deliberação, sendo que aguarda-se o retorno dos conselheiros e que pretende-se apresentar e discutir a deliberação na próxima reunião. Devido o horário, decidiu-se por discutir sobre o item E de formação da Comissão do Dia 18 de maio, esta ficou constituída pelos seguintes membros: a Zelimar (Professora da UNIOESTE) que afirmou que há 3 anos o curso de Serviço Social tem apoiado o evento e que coloca os estagiários à disposição para atividade no município, Marília (Responsável pela Direção da Proteção Social Especial), Sandra (coordenadora do CREAS II), Rodrigo (coordenador do Programa Agente Jovem e ProJovem Adolescente), Michele (representante da secretaria de educação), Lineu (presidente do CMDCA), Juliano (coordenador do CREAS I), Rosiany (representante dos serviços de acolhimento institucional) e Marlize (representante da secretaria de saúde). Sobre o item F, formação da Comissão para a conferência dos direitos da criança e do adolescente, esta ficou constituída: Zelimar e estagiárias do curso de Serviço Social da UNIOESTE, Ângela, Juliano, Rodrigo, um representante do Conselho Tutelar, Maria de Lourdes, Sandra, Marília e Lineu. A partir disso, discutiu-se sobre o Item D da pauta, que se trata da pesquisa sobre violência física contra crianças e adolescentes no município de Toledo elaborada pela acadêmica Marília sob orientação da Professora Zelimar, Marília iniciou a apresentação justificando que o tema da violência contra crianças e adolescentes permeou a formação profissional, devido o estágio curricular de Serviço Social ter sido desenvolvido no Fórum da Comarca de São Miguel do Iguçu, apresentou o conceito de violência de ADORNO que assinala esta como uma forma de relação social atrelada pelo modo pelo qual os homens produzem e reproduzem as suas condições de existência. No decorrer do artigo, contextualizou o atendimento às crianças e adolescentes no município de Toledo e relatou sobre o objetivo geral da pesquisa "Identificar como a demanda da violência física contra crianças e adolescentes é atendida e quais são as ações na defesa dos direitos destes sujeitos

sociais no município de Toledo/PR”, além dos objetivos específicos. Após afirmar a base teórica do artigo, assinalou-se que foi realizada pesquisa com as profissionais de Serviço Social das entidades inscritas no CMDCA e pesquisa documental no Conselho Tutelar, apresentou os dados da pesquisa, sendo essencial afirmar sobre os principais aspectos para que o CMDCA possa deliberar sobre políticas públicas: Nas entidades foram atendidas 31 (trinta e uma) crianças e adolescentes vítimas de violência física, sendo que 3 (três) instituições não tiveram registro deste tipo de violência. No Conselho Tutelar foram registrados 43 (quarenta e três) atendimentos, sendo que 15 (quinze) destes não foram registrados no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) o que se constitui como preocupação para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sobre a relação das entidades com o Conselho Tutelar foram pontuados que há uma relação de troca, há a parceria nos atendimentos, uma profissional afirmou sobre as dificuldades de articulação devido a falta de formação técnica e assinalou-se que houve avanços com a equipe de julho de 2009, o que conforme discussão com a orientadora justificou-se a preocupação com a personificação de um órgão que deve conter as mesmas premissas, independente de seus membros. Evidenciou-se que os maiores violadores, no caso da violência física são os pais e mães e que a violência física tem-se se apresentado associada à outras violências. Com vistas a identificar sobre a distribuição espacial da violência física demonstrou-se conforme os territórios dos CRAS, evidenciou-se que 18 (dezoito) vítimas residiam no Jardim Europa, 9 (nove) no Jardim Coopagro e 3 (três) no interior, sendo este um dado preocupante e 4 (quatro) vítimas da Vila Pioneiro. Finalizou-se a apresentação com as considerações: existência do atendimento no sentido de prevenção e intervenção por parte da rede socioassistencial; preocupação por parte das profissionais de Serviço Social em tornar os casos “públicos”, sendo que há intervenções na instituição, com a estrutura desta e em alguns casos não há o registro junto ao Conselho Tutelar; necessidade de organizar as ações da área de Proteção Social Especial (fluxo) e a importância de fomentar a proteção social básica, por se tratar do trabalho de prevenção da violação de direitos. Após a apresentação a professora Zelimar afirmou sobre a importância do enfrentamento sistemático à violência contra as crianças e adolescentes e atuação permanente na defesa destes sujeitos sociais. Neste momento, o conselheiro Lineu sugeriu que o Conselho Tutelar apresentasse os dados referentes ao ano de 2010 com intuito de identificar a realidade como um todo. A conselheira tutelar Sylvania afirmou que foram recebidas 331 (trezentas e trinta e uma) denúncias referentes à violação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, sendo que a maioria destes 173 (cento e setenta e três) atendimentos se referem ao direito à convivência familiar e comunitária e destes 31,40 % se refém à inadequação do convívio familiar e seguiu-se a apresentação dos demais dados, sendo entregue o relatório à este conselho. A predominância das denúncias se referem à zona urbana. Após a apresentação, a conselheira tutelar Luzinete ressaltou que o modelo do SIPIA antigo facilitava a impressão do relatório e cálculo de porcentagem, porém o SIPIA WEB não apresenta essas ferramentas. Neste sentido, Zelimar assinalou a importância de registrar no SIPIA as violações dos direitos das crianças e adolescentes, ressaltou que quando se trata dos serviços de acolhimento também há a violência explicitada pelo Relatório da Comissão de Fiscalização. Considerando as dificuldades apresentadas pelas conselheiras tutelares e a pesquisa estabeleceu-se que a Mesa Diretora fará uma visita técnica no Conselho Tutelar com o objetivo de discutir sobre as dificuldades existentes e SIPIA. A Promotora de Justiça Kátia sugeriu que seja fomentada por este conselho a discussão referente à renúncia do Poder Familiar, em que as equipes das instituições têm que estar preparadas para não discriminar as mulheres que busquem o atendimento, com o intuito de dar ciência sobre o procedimento legal de entregar criança para adoção, pois muitas mulheres têm realizado aborto ou adoções ilegais e faz-se necessário discutir sobre isso para que quando a mulher for atendida nos CRASs, CREAS e unidades básicas de saúde haja o acompanhamento da gestação e após o nascimento da criança, pois o procedimento legal garante a realização de uma audiência durante a gestação e após o nascimento, momento em que a mulher pode voltar atrás em sua decisão. Em complementaridade, a Promotora de Justiça Andréia assinalou a importância do trabalho com os profissionais que atendem diretamente as mulheres. Neste sentido, discutiu-se no CMDCA sobre a preocupação de vincular essa temática à divulgação e incentivo à esta prática, mas que deverá ser discutido no conselho para formatar propostas de ação com o viés da garantia dos direitos, além de que há essa proposta no Plano Municipal de Acolhimento. Nos Assuntos Gerais, havia a solicitação de indicação de representante do CMDCA na Comissão do Programa Bolsa Família, ao que deliberou-se pela conselheira Ângela. O conselheiro Lineu informou sobre o novo endereço do Conselho Tutelar, situado na Rua Barão do Rio Branco, 2778, Centro, além de afirmar que é um local bonito, amplo e que garante a privacidade nos atendimentos aos usuários. Encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos, eu Marília Borges, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais conselheiros e convidados.